

AGROECOLOGIA: UMA ESTRATÉGIA DE SOBERANIA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Antonio Carlos Gomes¹
João Paulo Reis Costa²

Pensando de forma pragmática, o binômio “desenvolvimento sustentável” traz em si uma implícita redundância, que também pode ser reveladora de importantes contradições. Afinal, é correto chamar de “desenvolvimento” um processo que não tenha a sustentabilidade como essência?

O mundo cada vez mais globalizado e conectado vem demonstrando que não. Principalmente porque o modelo de desenvolvimento mundial, capitaneado pelo critério econômico do lucro e da especulação financeira faz com que grandes conglomerados de empresas transnacionais se estabeleçam em qualquer parte do mundo, da forma que mais lhes convém, não necessariamente com o objetivo de enfrentar as mazelas humanas que ainda assolam parte importante da população. Dessa forma, como falar em desenvolvimento sustentável tendo cerca de 820 milhões de pessoas (ONU 2018) passando fome em todo o mundo?

Não atoa o debate acerca da produção de alimentos vem ocupando um importante espaço atualmente, especialmente em países como o Brasil, cujo potencial agrícola é um dos mais visados do mundo, seja pela sua enorme área agricultável, seja pelos recursos naturais abundantes, especialmente água ou mesmo pela histórica preferência política por um modelo de desenvolvimento baseado na produção primária.

Um cenário extremamente favorável, se não fossem as imensas contradições existentes. A começar pelas expressivas mazelas advindas da questão agrária e sua injusta distribuição de terras³, uma série de pesquisas estão vinculando a agricultura e a produção de alimentos diretamente ao crescente uso de agrotóxicos nas lavouras do país, relacionando isso a várias doenças, o que coloca o Brasil na liderança mundial em consumo de veneno, superando os EUA.

E, nessa esteira, a Agroecologia vem se propondo Brasil afora, como uma possibilidade não só de produção de alimentos saudáveis, mas também um contraponto ao agronegócio, calcado numa

¹ Bacharel em Serviço Social, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC) e monitor de Ciências Humanas e Sociais da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC.

² Historiador, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC), Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNISC) e monitor de Ciências Humanas e Sociais da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC.

³ Os números atuais mostram que quase 4 milhões de camponeses permanecem sem terra no Brasil, em um território com 66 mil latifúndios, que representam 175 milhões de hectares. Os critérios que medem a produtividade datam de 1975. Ver mais em: VIGNA, Anne. Aos cuidados dos proprietários de terra. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 11. Número 130. Maio de 2018. p.8

produção intensiva de commodities, contrário à necessária reforma agrária, cada vez mais dependente dos agrotóxicos e indutor do desmatamento para expansão da fronteira agrícola.⁴

É através de diversos movimentos sociais que a Agroecologia vem se constituindo e provocando um debate amplo, que não fica restrito apenas à forma de produção dos alimentos, suas técnicas e tecnologias de produção, sem agrotóxicos e adubação sintética. Traz à pauta, questões também centrais, como a preservação ambiental, autonomia produtiva e de vida dos/as Agricultores/as Familiares, da aproximação do saber científico com o saber popular, de maneira colaborativa, valorizando o saber-fazer desses sujeitos diversos do Campo, que compõem a Agricultura Familiar⁵.

Autores de renome no contexto da Agroecologia, como Stephen Gliessman, Miguel Altieri, Ana Primavesi, João Carlos Costa Gomes, Francisco Caporal e José Antônio Costabeber, têm evidenciado essa perspectiva por meio de suas pesquisas e publicações. A produção acadêmica, historicamente, foi posta de lado pelas narrativas oficiais e pelas premissas científicizadas dos trabalhos acerca do rural, difundidas pela Revolução Verde, responsável pela disseminação dos pacotes tecnológicos, que marcaram a agropecuária brasileira após 1950, intensificada nos anos de 1970, e que hoje segue com a conceitualização de Agronegócio.

Com a reestruturação produtiva no campo, a partir da década de 1990, inicia-se uma nova fase no Brasil, quando foi difundida a noção de agronegócio como um modelo a reestabelecer a agricultura comercial exportadora após a crise da década de 1980. Assim, o agronegócio é uma expressão do capitalismo neoliberal no campo, iniciada nos governos Collor/Itamar através da forte atuação de agências de regulação financeiras internacionais no país. A partir daí a aquisição de terras por parte de empresas não possui um papel tão somente de especulação, mas de ocupação produtiva. As empresas do setor agropecuário tomam a frente do processo na corrida desenfreada pela conquista de territórios, ao passo que as empresas de outros setores da economia se deslocaram para se fortalecer dentro de sua funcionalidade principal. (FERNANDES, 2008, p. 21).

Nesse contexto, a Agroecologia vem representando uma forma de resistência à essa tendência de dominação, expressa no poder homogeneizador do capital, representado por grandes grupos transnacionais do agronegócio (leia-se aqui especialmente, as empresas de agrotóxicos, adubos sintéticos, sementes, logística...), compromissada com a perspectiva de uma agricultura empresarial e industrial, para atender o mercado mundial das *commodities*, submetendo regiões inteiras aos seus

⁴ Destaca-se experiências consideradas de vanguarda Brasil afora, no trabalho com a Agroecologia. Entidades como: Serviço de Tecnologias Alternativas - SERTA no interior de Pernambuco. O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira – CTA. A Associação Brasileira de Agroecologia – ABA. O Centro Ecológico Ipê, no RS. O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA. A Agricultura familiar e Agroecologia – AS-PTA. Além do trabalho de tantas Escolas Família Agrícola – EFAs por todo o país e mais tantas entidades envolvidas na promoção da Agroecologia.

⁵ Agricultura Familiar referida, diz respeito aos sujeitos contemplados na Lei 11.326/06, que estabelece como parâmetro o agricultor ou agricultora familiar que não tenha propriedade maior do que quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento, que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, entre outros. Também acrescenta-se os silvicultores, aquícultores, extrativistas artesanais, pescadores artesanais, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. Todos incluídos pela lei n 12.512, de 2011. Disponível em - <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/sancionada-lei-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 11 set. 2016.

interesses, “monopolizando os territórios e territorializando os monopólios”. (OLIVEIRA, 2007, 148-149). Nesse contexto, a Agroecologia pode ter um potencial de contraposição à tendência homogenizadora, uma vez que tem como ponto de partida o saber dos/as agricultores/as e sua autonomia de vida, sintetizados ao longo das suas histórias e de seus antepassados.

Na Agroecologia, o agricultor deixa de perguntar “O que faço?” e passa a questionar “Por que ocorre?”. Simplesmente ao reorientar o tipo de pergunta diante de um problema técnico em seus cultivos, ele muda a sua atitude em relação à forma de praticar a agricultura. Em vez de receber receitas técnicas prontas, passa a observar, pensar e experimentar. Com o tempo ele começa a produzir melhor que a agricultura convencional e ganha autoconfiança. E é assim que ele se dá conta de que é produtor de alimentos junto com a natureza. (PRIMAVESI, 2008, p. 10).

A Agroecologia vem sendo construída e se constituindo num outro paradigma de desenvolvimento do Campo, demandando a elaboração de uma nova epistemologia, comprometida com a horizontalidade da produção e do conhecimento, tanto no plano intelectual, quanto na prática, com a participação dos sujeitos do Campo. Dessa forma une saberes necessários para essa nova perspectiva científica, mais colaborativa e com profundo compromisso com a natureza, para superar uma base produtiva agropecuária insustentável. (GLIESSMAN, 2005).

Nunca estiveram tão em voga os debates acerca da agropecuária mundial, especialmente no que tange às questões referentes às causas ambientais, com todas as questões que afetam a temperatura do planeta, a cobertura vegetal, o custo energético da produção, o consumo de combustíveis fósseis, bem como a (má) utilização da água, uso intensivo da terra, entre outros, quando se trata da sustentabilidade da vida no planeta.

Em escala global, a agricultura tem sido muito bem sucedida, satisfazendo uma demanda crescente de alimentos durante a última metade do século XX. O rendimento de grãos básicos, como o trigo e o arroz, aumentou enormemente, os preços dos alimentos caíram [...]. Esse impulso na produção de alimentos deveu-se, principalmente a avanços científicos e inovações tecnológicas, incluindo o desenvolvimento de novas variedades de plantas, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, e o crescimento de grandes infraestruturas de irrigação [...] o nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sob a qual foi construído. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade, também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores e assalariados agrícolas, que estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agricultável. Em resumo a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a torna possível. (GLIESSMAN, 2005, p. 33).

Portanto, há um paradigma produtivo de escala mundial sendo colocado em xeque, ao qual vem se contrapondo a perspectiva da finitude dos bens naturais do planeta. Nesse contexto, a perspectiva da Agroecologia passa a ser uma alternativa de renda, se pensarmos pela produção agropecuária, mas sobretudo, de resistência em resposta a esse modelo de vida baseado na competição ilimitada entre os humanos, e também em relação a agropecuária predadora no planeta.

Por isso, ao tratarmos da Agroecologia como uma possibilidade de resistência ao capital agropecuário, que busca incessantemente homogeneizar territórios, o fazemos à luz da Agricultura Familiar, em que pese toda sua contradição por estar muitas vezes alinhada ao agronegócio ou a sistemas integrados de produção, contexto em que a Agroecologia vem se apresentando como possibilidade de construção de um outro paradigma de desenvolvimento do Campo no mundo.

A Agroecologia é mais que pensar a produção de alimentos saudáveis, ela é uma ciência. Uma obra paradigmática nesse sentido é a de Miguel Altieri (1987): “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”. Nela, esse importante autor norte americano traz uma série de reflexões nessa perspectiva que entende a produção de alimentos muito além do campo técnico-agronômico, incorporando nesse debate elementos socioculturais, fundamentais para embasar esse conceito.

A dimensão da Agroecologia está na compreensão do entorno da produção e da vida do Campo da Agricultura Familiar, na perspectiva de uma produção autônoma e fora da lógica industrial em que a agropecuária está inserida, pela ótica do agronegócio. Na perspectiva agroecológica, a interação do sujeito com seu meio é essencial, pois vai exprimir uma forma de interpretar e se posicionar no mundo. Justo aí a dimensão de ciência, propositora de uma epistemologia, faz hoje da Agroecologia, algo maior do que meramente a produção de alimentos sem agrotóxicos.

A Agroecologia vai muito além de simplesmente substituir na agricultura insumos sintéticos por insumos orgânicos. Agroecologia é uma postura de vida, junto com ela vem uma mudança da estrutura da sociedade, do sistema, porque defende a vida e o Planeta. Defende a produção limpa de alimentos saudáveis, não simplifica os agroecossistemas, respeita a complexidade da natureza. E vai contra esse modelo de exploração, de consumismo e destruidor da vida. Sem Agroecologia não é possível uma sociedade diferente. (DUTRA, 2011, 01).

A dimensão produtiva, dialogando com a social, baseada em saberes tradicionais aliados a estudos de base científica, propõe a construção, na perspectiva Agroecológica, de um novo paradigma para o Campo brasileiro, manifesto na resistência ao agronegócio e no rechaço à subordinação da Agricultura Familiar aos grandes complexos de beneficiamento da produção primária, conhecidos como os sistemas integrados de produção⁶.

Ademais, como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Agroecologia se

⁶ O Sistema Integrado de produção está presente em diversos ramos da agricultura brasileira, tendo a agricultura familiar como um ator fundamental. Seja na bovinocultura de leite, na avicultura, na suinocultura, na fuminicultura, a forma de organização do sistema é semelhante: por meio de um contrato, as empresas (algumas são cooperativas) comprometem-se em fornecer os insumos e os agricultores familiares encarregam-se da estrutura necessária e da mão de obra. A garantia de compra da produção estimada é um dos benefícios anunciados, contrastando com a definição dos preços, que estão sujeitos às oscilações do mercado nacional e internacional.

constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. (CAPORAL et al, 2011, p. 46).

É nesse aspecto que a agroecologia se mostra como uma alternativa de superação ao paradigma da modernização e justamente por isso traz consigo profundos desafios relacionados à necessidade de novas políticas públicas e novos arranjos institucionais capazes de alimentar e dar sustentação a um desenvolvimento sustentável. Daí a necessidade de políticas públicas que possibilitem uma mudança nos arranjos institucionais moldados pela lógica da intervenção planejada do Estado e das corporações do agronegócio, de forma que sejam criadas condições para que as famílias e organizações da agricultura familiar assumam o protagonismo nas dinâmicas de desenvolvimento rural e sustentável. (PETERSEN, 2013).

Evidentemente essa não é uma tarefa fácil e muito menos de curto prazo, visto o poderoso arranjo político e econômico historicamente constituído, mas se a sustentabilidade se faz inerente ao desenvolvimento, a opção política pela Agroecologia, no que tange à agricultura familiar e à produção de alimentos saudáveis, se faz urgente. Experiências concretas e extremamente viáveis não são poucas e se sustentam heroicamente Brasil a fora, baseados na resiliência e na sabedoria dos povos do campo. Prova de que, um desenvolvimento verdadeiramente sustentável precisa considerar os mais diversos aspectos: político, econômico, técnico, ambiental e principalmente, social. Ou este binômio, “desenvolvimento sustentável”, possivelmente redundante, seguirá sendo, muitas vezes, contraditório.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M.A. **Agroecology**: the scientific basis of alternative agriculture. Boulder: Westview Press, 1987.
- CAPORAL, Francisco Roberto. AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.
- DUTRA, Poliane Oliveira. **Da roça ao mestrado em Agroecologia em Cuba**. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2011/02/22/da-roca-ao-mestrado-em-Agroecologia-em-cuba-artigo-de-poliane-oliveira-dutra>>. Acesso em: 26 set. 2018.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. CAVALCANTE, Matuzalem. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista Nera** – ano 11, n. 13 – julho/dezembro de 2008.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3a Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2005.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 7 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2015.
- PETERSEN, Paulo. “Agroecologia e a superação do paradigma da modernização”. In: NIEDERLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de, VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma nova agricultura**. Curitiba/PR: Kairós, 2013. p. 69 a 103.
- SANTOS, Francis dos; TONEZER, Cristiane; RAMBO, Anelise Graciele. **Agroecologia e Agricultura Familiar: Um Caminho para a soberania alimentar?** – 47ª SOBER / 2009, Porto Alegre - RS – BRASIL, UFRGS/PGDR. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Agroecologia%20e%20Agricultura%20Familiar%20-%20Um%20caminho%20para%20a%20soberania%20Alimentar.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.
- VIGNA, Anne. Aos cuidados dos proprietários de terra. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 11. Número 130. Maio de 2018. p.8